

ENTRE RUAS, HASHTAGS E REDES SUBMERSAS: LATÊNCIA E VISIBILIDADE NO ATIVISMO FEMINISTA

Fernanda Polidoro Paiva¹
Ana Cláudia Chaves Teixeira²

Resumo: Longe de se restringirem à lógica da espetacularização superficial frequentemente atribuída às redes digitais, as mobilizações feministas entre 2013 e 2018 no Brasil revelam uma complexa articulação entre a esfera íntima e a ação coletiva. Este artigo parte da teoria dos movimentos sociais e da crítica feminista à dicotomia entre público e privado (Miguel & Blroli, 2014; Melucci, 1989) para analisar como a viralização de campanhas feministas nas redes sociais resulta da interdependência entre latência e visibilidade. A partir do conceito de “redes submersas”, argumenta-se que o ativismo digital feminista se sustenta em espaços de construção simbólica e afetiva — como blogs, fanpages e, principalmente, grupos fechados no Facebook — que operam como contrapúblicos subalternos (FRASER, 1990), desafiando a exclusão discursiva das mulheres na esfera pública hegemônica. Nesses espaços, experiências pessoais são politizadas e transformadas em narrativas coletivas, produzindo repertórios de ação que transbordam em campanhas amplamente visibilizadas, como #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #MeuMotoristaAbusador. Ao explorar a articulação entre afetos, redes e linguagem nas práticas feministas online, a investigação contribui para o debate sobre os limites e potencialidades da esfera pública contemporânea sob a ótica da teoria política feminista.

Palavras-chave: feminismo digital; redes submersas; contrapúblicos subalternos; esfera pública; ativismo feminista; latência e visibilidade.

**Between Streets, Hashtags, and Submerged Networks: Latency and
Visibility in Feminist Activism**

Abstract: Far from being limited to the logic of superficial spectacularization often attributed to digital networks, feminist mobilizations in Brazil between 2013 and 2018 reveal a complex articulation between the intimate sphere and collective action. This article draws on social movement theory and feminist critiques of the public/private

¹ Doutoranda em Ciência Política na Unicamp e professora da ESPM, atuando nas áreas de cultura digital, consumo e teoria social. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC/Unicamp), desenvolve estudos sobre ativismo digital, dinâmicas de gênero, metapolítica e circulação de discursos em plataformas sociotécnicas. Sua trajetória inclui investigações sobre mobilizações feministas, influenciadoras digitais e estratégias de engajamento em ambientes online, com apresentações em congressos nacionais e internacionais. Possui formação complementar em metodologias qualitativas, etnografia digital e análise de redes sociais.

² Pesquisadora colaboradora do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp. Consultora independente em pesquisa, avaliação e elaboração de projetos. Co-coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC/Unicamp). Pós-doutoranda (2025-2026) do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT Participa). Pesquisadora do Centro para Imaginação Crítica (CCI/Cebrap), na linha de Política Digital.

dichotomy (Miguel & Biroli, 2014; Melucci, 1989) to analyze how the viralization of feminist campaigns on social media results from the interdependence between latency and visibility. Based on the concept of "submerged networks," it argues that feminist digital activism is grounded in spaces of symbolic and affective construction — such as blogs, fanpages, and especially closed Facebook groups — which operate as subaltern counterpublics (Fraser, 1999), challenging the discursive exclusion of women from the hegemonic public sphere. In these spaces, personal experiences are politicized and transformed into collective narratives, producing repertoires of action that overflow into widely visible campaigns such as #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto, and #MeuMotoristaAbusador. By exploring the interplay of affect, networks, and language in online feminist practices, this investigation contributes to the debate on the limits and possibilities of the contemporary public sphere from the perspective of feminist political theory.

Keywords: digital feminism; submerged networks; subaltern counterpublics; public sphere; feminist activism; latency and visibility.

Entre Calles, Hashtags y Redes Sumergidas: Latencia y Visibilidad en el Activismo Feminista

Resumen: Lejos de limitarse a la lógica de la espectacularización superficial frecuentemente atribuida a las redes digitales, las movilizaciones feministas en Brasil entre 2013 y 2018 revelan una articulación compleja entre la esfera íntima y la acción colectiva. Este artículo parte de la teoría de los movimientos sociales y de la crítica feminista a la dicotomía entre lo público y lo privado (Miguel & Biroli, 2014; Melucci, 1989) para analizar cómo la viralización de campañas feministas en las redes sociales resulta de la interdependencia entre latencia y visibilidad. A partir del concepto de "redes sumergidas", se argumenta que el activismo digital feminista se sostiene en espacios de construcción simbólica y afectiva —como blogs, fanpages y, especialmente, grupos cerrados en Facebook— que operan como contrapúblicos subalternos (Fraser, 1990), desafiando la exclusión discursiva de las mujeres en la esfera pública hegemónica. En estos espacios, las experiencias personales son politizadas y transformadas en narrativas colectivas, produciendo repertorios de acción que se desbordan en campañas ampliamente visibilizadas, como #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto y #MeuMotoristaAbusador. Al explorar la articulación entre afectos, redes y lenguaje en las prácticas feministas en línea, esta investigación contribuye al debate sobre los límites y potencialidades de la esfera pública contemporánea desde la perspectiva de la teoría política feminista.

Palabras clave: feminismo digital; redes sumergidas; contrapúblicos subalternos; esfera pública; activismo feminista; latencia y visibilidad.

Introdução

No campo dos estudos de movimentos sociais, os conceitos de latência e visibilidade constituem ferramentas fundamentais para a compreensão da ação coletiva. A partir de Alberto Melucci (1989; 1996), entende-se que os movimentos não se limitam a protestos visíveis, mas operam por meio de redes subterrâneas de construção simbólica e afetiva — as chamadas redes submersas —, onde se cultivam solidariedades, compartilham-se experiências e se produzem repertórios interpretativos que sustentam a mobilização.

Após mais de uma década de intenso ativismo digital feminista, observa-se a complexa articulação entre o íntimo e o político, o pessoal e o coletivo. Embora parte da literatura sobre ativismo em rede enfatize sua suposta superficialidade (Bennett & Segerberg, 2012), o caso brasileiro — sobretudo entre 2013 e 2018 — indica outra trajetória: as campanhas visíveis, como #MeuPrimeiroAssédio (2015) e #MeuAmigoSecreto (2016), emergem de processos contínuos de letramento de gênero (Loyola, 2022), escuta e elaboração coletiva de sentido, mediados por plataformas como Facebook, WhatsApp e Telegram.

A interdependência entre latência e visibilidade é constitutiva do feminismo digital. Os espaços de latência sustentam afetos, escutas e práticas cotidianas que possibilitam a irrupção pública de campanhas; a visibilidade, por sua vez, retroalimenta essas redes, ampliando seu alcance e legitimidade (Melucci, 1996; Teixeira, Meneses & Zanini, 2017). Essa dinâmica desafia a clássica dicotomia entre público e privado, revelando as plataformas digitais como arenas onde o “pessoal” se politiza, tornando-se objeto de disputa (Miguel & Biroli, 2014).

Este artigo analisa os nexos entre redes submersas e ação pública no ativismo feminista digital contemporâneo, mobilizando a literatura sobre identidade coletiva (Melucci, 1996; Polletta & Jasper, 2001) e contrapúblicos subalternos (Fraser, 1990), a partir de uma análise empírica das mobilizações feministas no Brasil entre 2013 e 2018 (Paiva, 2023). Argumenta-se que campanhas feministas amplamente visibilizadas são inseparáveis de processos subterrâneos de acolhimento, escuta e elaboração coletiva, sendo indispensável considerá-los para compreender os sentidos e as potências da ação coletiva feminista em tempos de plataformas digitais.

A articulação entre o visível e o subterrâneo constitui, assim, o eixo central desta discussão. Para entender como as campanhas feministas digitais ganham forma e força, é necessário atentar para os circuitos menos visíveis onde são preparadas e sustentadas.

O artigo estrutura-se em quatro partes: (1) uma revisão teórica sobre identidade coletiva, contrapúblicos e a polaridade entre latência e visibilidade; (2) a exposição da estratégia metodológica, baseada em uma abordagem qualitativa e situada; (3) a análise das ambiências digitais — blogs, fanpages e grupos fechados no Facebook — como espaços de subjetivação política e circulação afetiva; e (4) as considerações finais, que destacam o papel das redes submersas na sustentação do ativismo feminista digital e propõem caminhos para futuras investigações. A análise apoia-se em 18 entrevistas com ativistas, no mapeamento de 286 grupos feministas no Facebook e na observação de blogs e fanpages produzidas entre 2010 e 2018 (Paiva & Tatagiba, 2017; Paiva, 2023).

Redes submersas e a polaridade latência/visibilidade no feminismo digital

Ao longo da última década, o ativismo feminista assumiu protagonismo global, com protestos de rua frequentemente articulados por mobilizações digitais. Exemplos como a Marcha das Mulheres (EUA), Ni Una Menos (Argentina), #UnVioladorEnTuCamino (Chile) e as campanhas da Maré Verde ilustram como plataformas digitais têm catalisado ações feministas em escala transnacional. No Brasil, campanhas como #ChegaDeFiuFiu, #MeuPrimeiroAssédio e #EleNão evidenciam como o ambiente digital ampliou a capacidade de denúncia, articulação e pressão pública das mulheres.

A literatura especializada vem destacando o papel das mulheres como sujeitos centrais nas disputas políticas contemporâneas, especialmente diante da ascensão de projetos autoritários e conservadores (Pinheiro-Machado, 2019; Silva, 2016; Brito 2017). No entanto, para além dos momentos de erupção pública, torna-se necessário investigar os processos subterrâneos que sustentam a ação coletiva ao longo do tempo. É nesse sentido que a noção de latência, proposta por Alberto Melucci (1989; 1996), oferece uma chave analítica poderosa. A latência refere-se às camadas invisíveis da ação coletiva — circuitos de apoio, elaboração simbólica e solidariedade — que preparam e sustentam os momentos de visibilidade.

Melucci propõe que a ação coletiva se desdobra em dois tempos: o da visibilidade pública, quando demandas se tornam audíveis, e o da latência, no qual vínculos afetivos, práticas e significados são construídos de forma cotidiana e relacional. Esses dois tempos são interdependentes: a

visibilidade se alimenta da densidade política gerada nas redes submersas. Donatella Della Porta e Mario Diani (2006) também enfatizam que os vínculos construídos na latência são a base para a mobilização eficaz, especialmente em contextos adversos.

Nancy Fraser (1990), ao formular o conceito de “contrapúblicos subalternos”, destaca que grupos excluídos da esfera pública dominante desenvolvem seus próprios espaços discursivos para elaborar diagnósticos compartilhados e articular demandas. No feminismo digital, espaços como grupos fechados de Facebook funcionam como arenas de elaboração simbólica e escuta mútua, onde o “pessoal” é transformado em linguagem política. A emergência pública de campanhas feministas pode, assim, ser lida como o transbordamento de processos subterrâneos de subjetivação política.

Essa perspectiva é aprofundada por Medeiros (2017) e Medeiros & Fanti (2019), que analisam o ressurgimento e a reconfiguração do feminismo no Brasil desde 2011. Eles mostram como novas gerações feministas, organizadas de maneira informal e horizontal, têm disputado a esfera pública com estratégias performativas, narrativas afetivas e uso intensivo das redes sociais. Ao mesmo tempo, essas práticas tensionam o legado do feminismo institucionalizado dos anos 2000, evidenciando a pluralidade do campo feminista.

Nesse sentido, compreender a ação feminista contemporânea exige uma abordagem que articule latência e visibilidade, afetos e discurso, cuidado e protesto. O feminismo digital, longe de ser apenas um fenômeno midiático, revela-se como campo complexo de práticas e disputas que reconfiguram o político desde o cotidiano.

Metodologia

Este artigo inscreve-se no campo dos estudos qualitativos de orientação interpretativa, valendo-se de uma abordagem situada para analisar as dinâmicas do ativismo feminista digital no Brasil contemporâneo. A inserção orgânica da autora nas redes feministas desde 2014 possibilitou acompanhar, de modo imersivo, a constituição e transformação das ambientes investigados, articulando teoria e prática.

Assumindo que a ação coletiva feminista não se reduz a momentos espetaculares de protesto, a pesquisa buscou captar as camadas menos visíveis da mobilização — aquelas inscritas em circuitos afetivos, cognitivos e organizacionais que compõem o que Melucci (1989) conceituou como latência. O objetivo foi compreender como essas redes submersas operam na formação de repertórios coletivos e sustentam campanhas públicas de denúncia e visibilidade.

O corpus empírico estrutura-se em torno de uma ecologia digital composta por três principais ambientes: blogs feministas, que funcionam como espaços de formação discursiva; fanpages públicas do Facebook³, vetores de difusão e engajamento; e grupos fechados na mesma plataforma, centrais para a formação política e acolhimento mútuo. Cada espaço exigiu estratégias metodológicas específicas, respeitando suas lógicas e *affordances*⁴.

Entre junho e julho de 2020, foram realizadas 18 entrevistas em profundidade com ativistas atuantes nessas ambientes entre 2010 e 2015. As participantes foram recrutadas a partir de uma publicação amplamente compartilhada no Facebook e de uma postagem no Twitter, que viabilizaram o contato com gestoras de fanpages relevantes. As entrevistas foram conduzidas por videoconferência (via Jitsi), com duração média de 90 minutos, e analisadas com o apoio do software Atlas.TI, a partir de codificação temática. O roteiro e o perfil das entrevistadas estão disponíveis na dissertação que deu origem a este artigo.

Paralelamente, foi realizado um levantamento de 286 grupos feministas no Facebook aos quais a autora tinha acesso. Os dados coletados incluíram nome, data de criação, número de integrantes, privacidade e grau de conexão com o perfil pesquisador. A maioria dos grupos era exclusivamente feminina, criada entre 2013 e 2015, com vocabulário marcadamente jovem e identitário.

Dadas as restrições éticas e técnicas desses ambientes — majoritariamente secretos e acessíveis apenas mediante convite — a análise de conteúdo dos grupos foi realizada de forma indireta, com base em observações anteriores, relatos das entrevistadas e registros públicos. Tal decisão visou preservar os pactos de confiança e confidencialidade que sustentam essas redes de sociabilidade.

A essas estratégias somou-se uma análise documental voltada à reconstrução histórica das mobilizações feministas digitais entre 2010 e 2018. Foram examinados documentos públicos, registros de campanhas, eventos e hashtags, além de referências trazidas nas entrevistas, compondo um panorama mais amplo das práticas feministas em rede.

Por fim, importa destacar que o ativismo digital feminista aqui analisado se desenvolve em meio a profundas desigualdades de acesso à internet, letramento digital e infraestrutura tecnológica. Mulheres negras, indígenas, periféricas e rurais enfrentam barreiras que limitam sua inserção nas plataformas,

³ As *fanpages* do Facebook são páginas públicas gerenciadas por indivíduos, coletivos ou organizações, criadas com o objetivo de compartilhar conteúdos e interagir com audiências amplas, sem a necessidade de reciprocidade típica dos perfis pessoais.

⁴ O termo "affordance" refere-se às possibilidades de ação oferecidas por um ambiente ou objeto, neste caso, pelas plataformas digitais. Diz respeito às funcionalidades, limitações e usos sociais que cada espaço possibilita ou restringe, moldando práticas de interação, engajamento e comunicação.

como o Facebook, onde circular requer familiaridade com códigos específicos e conectividade constante. Essas assimetrias são parte constitutiva das dinâmicas de visibilidade e exclusão, e seu reconhecimento evita a idealização de um feminismo digital homogêneo, permitindo compreender como a ação em rede também é atravessada por desigualdades estruturais.

Blogs e fanpages como contrapúblicos feministas digitais: da blogosfera à viralização no Facebook

Antes da popularização das redes sociais como Facebook e Twitter, os blogs feministas desempenharam papel central na constituição do campo discursivo feminista digital no Brasil. Entre 2008 e 2013, funcionaram como arenas de contestação simbólica, letramento de gênero (Loyola, 2022) e subjetivação política, permitindo que experiências individuais de opressão ganhassem nome, sentido e potência coletiva. Conforme Alvarez (2014), esse campo se formou a partir de fluxos múltiplos e não institucionalizados, atravessando plataformas digitais diversas.

Esses *blogs* podem ser compreendidos como expressões de contrapúblicos subalternos (Fraser, 1990), esferas discursivas alternativas à esfera pública dominante. Leitoras relatam que o contato com conteúdo como os do blog Escreva Lola Escreva foi decisivo para sua aproximação com o feminismo. Como conta Olívia (41 anos, 2021): “Foi só através do Blog da Lola [...] Pulou na minha timeline um texto da Lola sobre relacionamento abusivo e me interessou.” Já Brenda (35 anos, 2020) afirma: “Foi exatamente nesse momento que eu me apaixonei. Eu falei: opa! Isso aí faz sentido. Quero entrar nesse processo.”

Comentando o papel formativo desses conteúdos, leitoras relatam: “Me descobri feminista por meio da leitura dos seus posts”; “Sempre fui feminista, mas com você me descobri feminista”; ou ainda, “Fiquei com aquela sensação de ‘este é o meu lugar, é disso que eu estava falando!’”. Esses depoimentos evidenciam como a leitura dos blogs operava como catalisadora de reconhecimento e politização.

A trajetória de Nádia Lapa, autora do blog Cem Homens, também ilustra esse processo. Inicialmente concebido como um diário bem-humorado, o blog passou a ser alvo de ataques misóginos à medida que ganhava visibilidade. “Foi a partir daí, com aqueles xingamentos, aquelas coisas horíveis que aconteceram comigo, que eu fui atrás de entender os motivos pelos quais aquilo tava acontecendo”, relata. Essa busca por compreensão, em diálogo com leitoras, impulsionou sua

formação feminista: “A gente entrou meio numa espiral meio doida de compartilhar essas coisas.” (Nádia, 41 anos)

Com a consolidação do Facebook na década de 2010, as fanpages — páginas públicas criadas por indivíduos ou coletivos — tornaram-se vetores centrais na disseminação do discurso feminista. Ao permitir a construção de uma “voz coletiva” e o acesso ampliado a conteúdos didáticos, essas páginas se tornaram importantes espaços de letramento político e mobilização.

Manuela (21 anos) relata: “Em 2014, 2013 eu ainda tinha muitos pensamentos machistas [...] e essas páginas me ajudaram muito a desconstruir várias coisas que eu tinha enraizado na mente.” Yasmin (32 anos, 2020) destaca o acesso a materiais: “Teve páginas que postavam materiais de pesquisa que eu nunca teria acesso.” Cecília (23 anos, 2020) aponta: “As páginas feministas eram mais para a gente procurar saber o que estava acontecendo [...] e divulgavam muitos artigos didáticos.” Já Larissa (21 anos, 2020) afirma: “Comecei acompanhando páginas como Moça, Seu Namorado é Machista. Não era teoria, eram conteúdo do dia a dia, que me ajudaram a repensar minhas relações. A internet moldou muito o caminho que segui.”

Esses testemunhos evidenciam que blogs e fanpages atuaram como arenas formativas de subjetividade e como contrapúblicos feministas digitais, nos quais experiências de opressão foram nomeadas, compartilhadas e transformadas em engajamento político. Ao articular afetos, linguagem acessível e práticas cotidianas, esses espaços foram fundamentais para a expansão do feminismo nas redes na última década.

Grupos feministas no Facebook como redes submersas de sociabilidade e ação política

O grupos feministas no Facebook — em especial aqueles com políticas de privacidade restritas ou voltados exclusivamente a mulheres — configuraram-se, no período entre 2013 e 2018⁵, como redes submersas de sociabilidade e ação política. Inspirando-se na noção de “redes submersas” proposta por Alberto Melucci (1989), compreendemos esses espaços como arenas subterrâneas de produção de sentido e elaboração coletiva de identidades e afetos, muitas vezes invisibilizadas nas análises centradas nos momentos de mobilização pública. No interior desses grupos, forjou-se uma cultura política

⁵ O recorte temporal entre 2013 e 2018 refere-se ao período em que os grupos feministas no Facebook ganharam maior expressão e densidade, especialmente no contexto pós-Jornadas de Junho de 2013, marcado por uma intensificação do ativismo digital feminista na plataforma. A partir de 2018, observa-se uma progressiva descentralização do Facebook como arena prioritária de mobilização, com o deslocamento de parte significativa das práticas político-comunicacionais feministas para outras plataformas, como Instagram e Twitter.

feminista que combinava práticas de acolhimento, formação, ativismo cotidiano e construção de repertórios simbólicos e afetivos.

As características estruturais dessas comunidades digitais reforçam sua dimensão subterrânea. O mapeamento realizado em julho de 2020 (Paiva, 2023) identificou 286 grupos relacionados ao feminismo, sendo que a imensa maioria possuía configuração de acesso restrito e regras explícitas de exclusividade feminina. Apenas 10 grupos analisados eram de natureza mista, criados majoritariamente entre 2012 e 2013. A grande maioria — cerca de 96% — limitava a participação a perfis identificados como femininos, rejeitando a entrada de homens ou casais, como forma de preservar a segurança e a privacidade das integrantes.

Em termos simbólicos, a escolha dos nomes dos grupos também revela aspectos identitários e geracionais relevantes: 36% incluíam termos como “mina” ou “das minas”, sinalizando afinidade com um universo linguístico jovem; outros 21% utilizavam termos diretamente ligados ao feminismo, como “feminista” ou “feminismo”; e 12% optavam por expressões mais amplas, como “mulher” ou “mulheres”. O auge da criação desses grupos se deu em 2015, ano marcado por grande efervescência das mobilizações feministas no Brasil.

Mais do que espaços de debate, esses grupos atuaram como verdadeiros “espaços livres” Polletta (1999), nos quais as mulheres puderam experimentar formas alternativas de sociabilidade, engajamento político e construção de sentido. O compartilhamento de glossários colaborativos, pastas de textos, memes feministas e vocabulários comuns — como “lugar de fala”, “mansplaining⁶”, “gaslighting⁷” ou “cultura do estupro” — produziu um repertório discursivo e simbólico acessível e politizador, que conectava os saberes acadêmicos à experiência cotidiana.

Nesse ambiente, destacou-se também a prática do letramento de gênero, marcada pelo compartilhamento horizontal de saberes, artigos, livros e vídeos. Muitas vezes, esses materiais eram organizados em pastas colaborativas de Google Drive, funcionando como uma “biblioteca feminista digital”. Como relatou uma das interlocutoras: “eu criei uma lista restrita no meu próprio Facebook... quando eu buscava apoio na internet, eu geralmente corria pra essa lista restrita, fazia os posts ali, e

⁶ Mansplaining é um neologismo que combina “man” (homem) e “explaining” (explicar), e refere-se a uma forma de explicação condescendente feita por um homem a uma mulher, partindo do pressuposto de que ela sabe menos sobre o assunto, independentemente de sua real competência. O termo denuncia dinâmicas de poder e desigualdade de gênero em interações cotidianas, especialmente em contextos onde o conhecimento feminino é desvalorizado ou ignorado.

⁷ Gaslighting é uma forma de manipulação psicológica em que a vítima é levada a duvidar de sua própria percepção, memória ou sanidade, por meio da distorção sistemática da realidade. O termo origina-se da peça teatral “Gas Light” (1938), adaptada para o cinema no filme *Gaslight*, dirigido por George Cukor (1944), em que o marido manipula pequenos elementos do ambiente para fazer a esposa acreditar que está perdendo a razão.

“sempre as pessoas que chegavam eram ali desses grupos” (Giovana, 22 anos, 2020). A superação da mediação técnica tradicional — característica dos ciclos institucionais anteriores do feminismo — ampliou o acesso e a apropriação autônoma dos conhecimentos feministas por mulheres que muitas vezes não tinham formação universitária.

Outro aspecto central foi a emergência de práticas de identificação e pertencimento. Os chamados “addedaços” (ou “addaços”) consistiam em movimentos coordenados para adicionar massivamente outras feministas às redes pessoais, criando “bolhas sociais” marcadas por afinidades políticas. “A gente criou uma bolha... eu tenho umas mil feministas adicionadas, que eu nunca vi na vida”, afirmou uma interlocutora (Manuela, 22 anos, 2020). Essas bolhas foram reforçadas pelo uso de filtros em fotos de perfil, como “Mulheres Contra Bolsonaro” ou “Eu Luto Contra a Cultura do Estupro”, que funcionavam como marcadores públicos de identidade política. A prática de criação de listas restritas no Facebook permitia ainda que as participantes compartilhassem conteúdos sensíveis com mais privacidade, contornando os riscos de exposição a familiares ou colegas de trabalho. Como sintetizou a mesma entrevistada: “Então o nosso Facebook já era um grupo” (Manuela, 22 anos, 2020).

Esses grupos operaram também como circuitos de solidariedade e redes de apoio mútuo. Os relatos coletados evidenciam práticas concretas de assistência material — como vaquinhas para pagar contas básicas, campanhas de arrecadação de alimentos, abrigamento de mulheres em situação de violência ou apoio jurídico —, bem como formas de acolhimento emocional diante de crises pessoais. Em casos de risco à vida ou de depressão, ativistas mobilizavam rapidamente conexões locais e acionavam redes de cuidado, muitas vezes entre mulheres que jamais haviam se encontrado pessoalmente: “já teve menina que passou horas comigo no Face conversando porque eu estava em crise... então, assim, já me ajudaram muito. Muito, muito, muito!” (Yasmin, 2020).

Esse circuito afetivo e ético se aproxima do que Ferreira (2016) conceitua como uma “cultura terapêutica feminista”. Trata-se da produção de espaços de escuta e partilha onde o sofrimento individual é ressignificado coletivamente como experiência política, permitindo a reorganização social do sofrimento e a emergência de uma “sociedade civil emocionada”. Como afirma a autora, as práticas terapêuticas e os feminismos se entrelaçam nas redes por meio da comunicação afetiva, criando vínculos de identificação em torno de experiências compartilhadas.

Essa dimensão subterrânea e relacional dos grupos feministas no Facebook nos permite compreender de forma mais acurada o surgimento e a ressonância das campanhas

feministas nas redes sociais. Se, por um lado, essas campanhas parecem emergir de forma espontânea e difusa no espaço público digital, por outro, estão ancoradas em vínculos afetivos e políticos previamente constituídos em circuitos de sociabilidade restritos. E a partir dessas redes submersas que se produzem não apenas os conteúdos, mas também os sujeitos capazes de os mobilizar, sustentando e amplificando o alcance das campanhas feministas. No entanto, o movimento é também inverso: a visibilidade pública de determinadas campanhas pode funcionar como um vetor de convocação e acolhimento, abrindo caminho para que novas participantes se integrem a espaços mais íntimos e densos de troca, elaborando suas experiências de forma mais situada.

Em contextos digitais, essa retroalimentação entre latência e visibilidade se intensifica, uma vez que o acesso inicial a uma hashtag ou post viralizado pode deflagrar percursos de engajamento afetivo e político, muito mais acessíveis do que aqueles oferecidos por estruturas militantes mais consolidadas e fechadas. É o que se observa, por exemplo, nas mobilizações em torno das hashtags #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #MeuMotoristaAbusador, cujos modos de articulação e circulação nas mídias sociais serão analisados na próxima seção.

As campanhas feministas nas redes e suas interconexões explícitas ou implícitas com os grupos privados e fechados

O uso de hashtags por ativistas feministas nas redes sociais consolidou-se, ao longo da última década, como uma das formas mais significativas de articulação política no ambiente digital. Funcionando como dispositivos de agregação discursiva, as hashtags permitem a convergência de vozes dispersas em torno de experiências comuns, transformando relatos individuais em enunciados coletivos de denúncia, reconhecimento e mobilização (Antoun e Malini, 2013).

Ao mesmo tempo em que operam como marcadores linguísticos, as hashtags feministas também ativam circuitos afetivos e políticos que tornam visíveis as violências de gênero frequentemente naturalizadas no espaço público tradicional (Clark, 2016). A simplicidade de sua estrutura técnica é compensada por sua densidade simbólica, funcionando como catalisadores de engajamento emocional e ação coletiva, sobretudo quando ancoradas em repertórios compartilhados e redes previamente constituídas (Clark, 2016; Vickery, 2016; Rovira-Sancho, 2023).

A campanha #ChegaDeFiuFiu, lançada em 2013 pela jornalista Juliane de Faria, constituiu-se como uma das primeiras

iniciativas feministas a obter ampla projeção nas redes digitais brasileiras, tendo como objetivo central a denúncia do assédio sexual e a reivindicação do direito das mulheres a uma vivência urbana segura e livre de violência de gênero. Um dos elementos centrais da campanha foi a criação de um mapa colaborativo, que agregava relatos anônimos de situações de assédio em espaços públicos. Conforme argumenta Leal (2016), cada testemunho inserido na plataforma pode ser compreendido como uma forma de micropolítica cotidiana, na medida em que desloca experiências individuais para o plano coletivo, articulando-se a uma vontade compartilhada de transformação cultural e de resistência à objetificação dos corpos femininos (p. 9).

De forma semelhante, a campanha #NãoMereçoSerEstuprada, desencadeada em 2014 como reação aos resultados de uma pesquisa do IPEA que evidenciava o endosso de parte significativa da população a discursos de culpabilização da vítima, mobilizou milhares de mulheres nas redes sociais. O que teve início como um evento no Facebook rapidamente assumiu a forma de uma fanpage e de um repertório performativo visual centrado na exposição do corpo como instrumento de denúncia. Fotografias de mulheres com os dizeres “eu não mereço ser estuprada” inscritos diretamente sobre o corpo ou em cartazes tornaram-se símbolo da campanha. Nesse contexto, observa-se a reatualização da lógica do corpo como bandeira política, prática já fortemente presente nas edições brasileiras da Marcha das Vadias.

Como analisam Carla Gomes e Bila Sorj (2014), a Marcha das Vadias consagrou o uso do corpo como duplo artefato: simultaneamente objeto da reivindicação feminista — pela autonomia e contra a culpabilização das vítimas — e suporte de expressão política. A escrita de slogans diretamente sobre a pele (“meu corpo, minhas regras”, “meu corpo não é um convite”) insere-se em uma estratégia visual de subversão das normas de gênero, transformando o corpo feminino em superfície de contestação e afirmação identitária. A campanha #NãoMereçoSerEstuprada, nesse sentido, apropriou-se dessa lógica estética e política, convertendo o corpo exposto em território de denúncia e subjetivação feminista.

Essa performatividade política foi vivida de forma intensa por muitas entrevistadas, como relata Yasmin (32 anos), que participou da campanha de forma explícita: “Eu botei um biquíni, botei a hashtag e a minha irmã escreveu para mim, na minha barriga ‘eu não mereço ser estuprada’, porque também foi uma campanha para uma agência que eu participava.” A escolha de inscrever o enunciado diretamente sobre o corpo ilustra a apropriação do corpo como suporte discursivo e visual de resistência, ao mesmo tempo em que revela o engajamento afetivo das participantes com os sentidos da campanha.

No entanto, não se trata de uma adesão acrítica. Algumas interlocutoras demonstram um olhar sofisticado sobre as ambiguidades dessa estética do corpo-bandeira. Manuela (22 anos), por exemplo, ainda que tenha participado de diversas campanhas, expressa reservas em relação à lógica empoderadora centrada na exibição corporal: “Eu tenho o corpo padrão, eu sou magra. Então, assim, é muito fácil postar uma foto de biquíni e postar a hashtag meu corpo minhas regras [...] Eu só achava empoderador quando alguém fora do padrão fazia isso.” Sua reflexão aponta para a percepção de que os efeitos políticos dessas campanhas são atravessados por marcadores de gênero, raça, corporeidade e atributos estéticos e que o potencial disruptivo da exposição corporal pode ser, por vezes, esvaziado ou cooptado por padrões normativos de beleza e visibilidade.

Esse tensionamento revela que, embora a campanha tenha operado como catalisadora de uma denúncia coletiva contra a violência sexual, ela também se constituiu como espaço de disputa simbólica e crítica interna ao próprio campo feminista. O engajamento das entrevistadas, longe de ser mecânico ou unívoco, evidencia um letramento político em curso, no qual as jovens feministas articulam adesão, experimentação e crítica em relação aos repertórios de ação disponíveis. Trata-se, como observa Gomes e Sorj (2014), de uma forma contemporânea de ativismo que articula identidade, subjetividade e performance como elementos centrais da disputa feminista no espaço público.

Essa articulação entre denúncia, afetividade e disputa performativa encontra novos desdobramentos em campanhas subsequentes, como no caso emblemático da #MeuPrimeiroAssédio, que irrompeu nas redes sociais brasileiras em 21 de outubro de 2015. Criada pelo coletivo Think Olga⁸, a campanha rapidamente ganhou visibilidade nacional ao reunir milhares de relatos sobre os primeiros episódios de assédio vivenciados por mulheres ainda na infância ou adolescência. O estopim foi uma série de postagens no Twitter com conotações de pedofilia direcionadas a Valentina, uma participante de 12 anos do programa televisivo MasterChef Jr. Comentários como “Ela tem os cabelos lisos e loiros, e os olhos claros. Se tiver consenso é pedofilia?”⁹ e “Essa Valentina com 14 anos vai virar aquelas secretárias de filme pornô” provocaram uma reação massiva de repúdio. A hashtag funcionou, assim, como dispositivo de visibilidade e solidariedade coletiva, catalisando a indignação e permitindo que experiências

⁸ Think Olga é uma organização não-governamental feminista criada em 2013 e voltada para a realização de campanhas, reportagens jornalísticas e produção de materiais e informações a respeito que visem o empoderamento das mulheres.

⁹ Não é mais possível identificar estes Tweets pois, após a repercussão negativa, seus autores apagaram suas contas do Twitter, apagando, assim, todas as suas postagens.

privadas de violência se tornassem parte de uma narrativa política mais ampla.

A potência dessa mobilização discursiva seria novamente evidenciada semanas depois, com a eclosão da campanha #MeuAmigoSecreto, lançada em 23 de novembro de 2015. Embora distinta em forma e foco, essa nova ação também operou por meio da politização de experiências cotidianas de violência e opressão, transformando vivências individuais em matéria de engajamento coletivo. A hashtag, que fazia referência à tradicional brincadeira de fim de ano, foi apropriada de maneira subversiva para expor comportamentos machistas praticados por homens do convívio íntimo — colegas de trabalho, amigos, familiares — sem, contudo, nomeá-los diretamente. Segundo o Coletivo Não Me Kahlo, idealizador da campanha, o movimento surgiu de forma espontânea e descentralizada, ampliando-se rapidamente pela força do reconhecimento mútuo entre mulheres que compartilhavam histórias semelhantes:

A *hashtag*, criada em novembro de 2015, não surgiu de uma campanha planejada, mas sim de uma construção coletiva e espontânea. Como acontece com muitas coisas na internet, é difícil definir o momento exato que a tag nasceu. Porém, não há dúvidas que o pontapé inicial foi dado em nossa conta do *Twitter* [...] O primeiro tweet que publicamos foi “meu amigo secreto diz que aborto é assassinato, mas pediu pra namorada abortar quando engravidou” [...] Todos os *tweets* que publicamos foram baseados em fatos da vida de pessoas conhecidas e, até então, não estavam acompanhados da hashtag [...] Foi apenas no dia seguinte, porém, que ficamos sabendo da dimensão que aquilo havia tomado. Transformaram “meu amigo secreto” em *hashtag* e, por meio dela, milhares de mulheres estavam compartilhando seus relatos, interagindo e se conectando com as histórias umas das outras” (Não me Kahlo, 2016: 14-15).

O ano de 2015 ficou marcado no cenário brasileiro como o início do que passou a ser nomeado de “Primavera das Mulheres”, período de intensa mobilização feminista nas mídias sociais. Indicadores digitais apontam para uma expressiva elevação do interesse público: as buscas por “feminismo” na internet cresceram quase 90% entre 2014 e 2015, enquanto o termo “empoderamento feminino” apresentou um aumento superior a 300% (Think Olga, 2015). Esse contexto de efervescência política e cultural favoreceu o surgimento de múltiplas campanhas, ações coletivas e novos protagonismos nas redes. Ao mesmo tempo em que relatos pessoais passaram a ser compartilhados publicamente por meio das plataformas digitais, também emergiram figuras reconhecidas como influenciadoras digitais feministas, que se consolidaram como mediadoras simbólicas e políticas nos debates públicos sobre gênero e direitos das mulheres.

Nesse ambiente de crescente engajamento, novas mobilizações seguiram ampliando o alcance das pautas feministas e aprofundando os vínculos entre vivências

pessoais e processos coletivos de denúncia. Foi o caso da campanha *#MeuMotoristaAbusador*, deflagrada em agosto de 2017 a partir do relato publicado por Clara Averbuck, jornalista e militante feminista, que denunciou em sua conta no Facebook o estupro que sofreu durante uma corrida pelo aplicativo Uber. O relato mobilizou uma onda massiva de engajamento nas redes, com milhares de mulheres compartilhando experiências semelhantes de assédio e violência sexual em transportes privados. Assim como nas campanhas anteriores, a hashtag operou como um dispositivo de articulação afetiva e política, conferindo visibilidade a formas de violência cotidianas frequentemente invisibilizadas e criando redes de solidariedade entre mulheres desconhecidas.

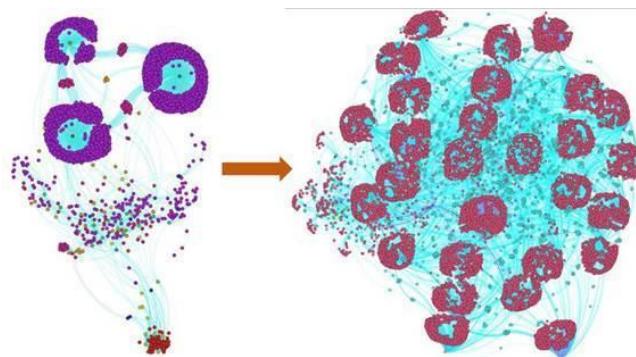
Um traço compartilhado por todas essas campanhas é a velocidade e a amplitude de sua disseminação nas redes sociais digitais. Em poucas horas, as hashtags conseguiram mobilizar dezenas de milhares de usuárias e usuários, catalisando debates públicos em torno de violências cotidianas naturalizadas. No caso da *#MeuPrimeiroAssédio*, por exemplo, mais de 40 mil tweets foram publicados em menos de 24 horas, e, após apenas quatro dias, esse número já ultrapassava 82 mil postagens vinculadas à hashtag (Think Olga, 2015b). Esses dados evidenciam a potência de circulação e o poder de reverberação das campanhas feministas digitais, que operam com uma lógica de viralidade profundamente conectada às dinâmicas afetivas, narrativas e de identificação coletiva que se consolidaram no contexto da Primavera Feminista.

Essa intensidade também se manifesta na percepção das próprias participantes das campanhas. Julia (27 anos), por exemplo, destaca: “Foi muito grande! Não foi uma coisa passageira não. Eu acho que por um mês inteiro assim ainda tinha história surgindo.” O prolongamento temporal das narrativas evidencia que a campanha extrapolou a lógica efêmera das redes, sustentando conversações e processos de identificação por semanas.

Essa lógica de expansão pode ser visualizada na Imagem 1, que apresenta a transição temporal da rede de interações em torno da hashtag *#MeuPrimeiroAssédio* no Twitter. O grafo à esquerda (A), capturado no final do primeiro dia da campanha (21/10/2015, às 23h50), revela uma configuração inicial marcada por poucos agrupamentos centrais, fortemente associados a coletivos feministas e ativistas digitais. Já o grafo à direita (B), gerado menos de 24 horas depois (22/10/2015, às 22h), mostra o adensamento da rede, com a multiplicação das conexões e o surgimento de novos clusters de interação. A campanha se espalha rapidamente, ultrapassando os limites dos coletivos mais engajados e atingindo um público mais amplo e heterogêneo. Esse fenômeno ilustra a capacidade das

hashtags feministas de transcender nichos militantes e produzir, em curtíssimo prazo, efeitos de aglutinação discursiva e mobilização emocional.

Imagen 1 – Transição temporal por grafos da campanha #MeuPrimeiroAssédio no Twitter



Fonte: (Teixeira; Meneses; Zanini, 2017).

Em campanhas como essas, diversos coletivos ou ativistas geradores dos primeiros tweets — geralmente mais identificados com o movimento feminista organizado — rapidamente se diluem em inúmeras conexões formadas por pequenos e grandes coletivos, influenciadoras digitais e perfis individuais. Retomando o exemplo da Imagem 1, observamos que, inicialmente, a campanha #MeuPrimeiroAssédio estava concentrada em três grandes conjuntos de “nós de redes”, como se vê no grafo (A), capturado no final do primeiro dia da mobilização. Esses agrupamentos centrais correspondiam a núcleos mais consolidados de ativismo feminista, responsáveis por impulsionar os primeiros enunciados públicos. Contudo, em menos de 24 horas, a campanha viralizou — como ilustra o grafo (B) — e a rede se adensou significativamente, com a multiplicação de conexões e o surgimento de novos clusters de interação.

O fenômeno de viralização fez com que a campanha ultrapassasse os limites dos coletivos engajados, alcançando um público mais amplo e heterogêneo. Os conglomerados inicialmente visíveis, associados a comunidades feministas já estabelecidas, perdem centralidade frente ao crescimento exponencial de tweets oriundos de usuárias e usuários sem vínculo direto com organizações militantes. Essas conexões não se dão apenas entre organizações formais, mas também em torno de influenciadoras digitais ou ativistas com vínculos fluidos com o feminismo, contribuindo para a construção de um ecossistema dinâmico e interconectado de ativismo digital. Assim, as hashtags operam como catalisadoras de

engajamento e reconhecimento coletivo, capazes de sustentar a circulação de narrativas feministas mesmo fora das estruturas tradicionais de organização política.

A mobilização feminista durante o período da chamada Primavera Feminista não se restringiu ao espaço digital, transbordando para as ruas em ações de protesto que articularam demandas específicas e formas plurais de engajamento político. Episódios como as manifestações contra o Projeto de Lei 5069 em novembro de 2015 — marcadas pelo grito coletivo de "Fora Cunha" — e os atos de junho de 2016 em repúdio ao caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro, exemplificam como as redes sociais desempenharam papel central na convocação e amplificação das pautas feministas, transformando indignação virtual em presença física nos espaços públicos. Tal dinâmica evidencia o que Von Bülow, Gobbi e Dias (2022) conceituam como um continuum entre ativismo digital e ativismo presencial, no qual não há hierarquia nem substituição entre as esferas, mas sim uma complementaridade produtiva que potencializa a ação coletiva em múltiplas frentes.

Essa relação de interdependência entre redes e ruas torna-se ainda mais evidente no caso do movimento #EleNão, considerado por Céli Pinto (2018) como a maior manifestação de mulheres da história do Brasil. Organizado inicialmente por meio de um grupo no Facebook — Mulheres Unidas Contra Bolsonaro —, o protesto ganhou rápida adesão, reunindo milhares de mulheres em manifestações simultâneas ocorridas em mais de 160 cidades brasileiras e em diversas capitais ao redor do mundo. A reação ao discurso misógino e autoritário do então candidato Jair Bolsonaro foi catalisada por meio da circulação digital de enunciados, imagens e hashtags que, articuladas às redes feministas já constituídas no ambiente online, produziram uma mobilização de grande escala no espaço físico.

O que se observa, nesse contexto, é um processo de retroalimentação entre os circuitos digitais e os protestos de rua, no qual a potência performativa das redes atua como elemento organizador, mobilizador e amplificador da ação coletiva, sem que se possa traçar uma fronteira rígida entre o que ocorre online e o que se materializa offline (Della Porta e Mosca, 2005; Hine, 2015; Cesarino, 2022).

Nesse sentido, o caso brasileiro reafirma uma característica recorrente dos feminismos contemporâneos: sua capacidade de transitar por distintos regimes de visibilidade, afetividade e organização, convertendo os ambientes digitais não apenas em arenas de enunciação e denúncia, mas também em dispositivos logísticos e estratégicos de organização política. Como argumenta Pereira (2011), não se trata de um deslocamento do ativismo para a internet, mas de sua

expansão, num processo que tensiona e redesenha continuamente os modos de fazer política, agregando às ruas a potência distribuída das redes. A partir desse enquadramento, é possível compreender como a circulação de hashtags, imagens e relatos no ambiente digital funcionaram não como substituto, mas como catalisador e propulsor da ocupação dos corpos no espaço urbano — configurando uma prática híbrida e mutuamente constituinte entre redes e ruas.

Na mesma direção, e considerando os desdobramentos recentes do feminismo no Brasil e na América Latina, Alvarez (2014) propõe a noção de um campo discursivo de ação, marcado pela multiplicação de agendas, sujeitos e estratégias políticas. Ao analisar os contornos contemporâneos da mobilização feminista, a autora argumenta que vivemos um momento de sidestreaming — ou seja, de fluxos horizontais que atravessam e reconfiguram as fronteiras tradicionais do campo feminista, deslocando o foco da institucionalização para formas mais dispersas, dinâmicas e plurais de articulação.

Assim, esse campo heterogêneo se estrutura a partir de uma miríade de discursos e práticas que tensionam os binarismos de gênero e os essencialismos corporais, abrindo espaço para sujeitos historicamente marginalizados, como mulheres trans, trabalhadoras do sexo, lésbicas, bissexuais, e jovens periféricas (Alvarez, 2014). Marchas como a das Vadias, das Mulheres Negras, das Margaridas ou do Orgulho LGBT exemplificam essa dinâmica, ao mesmo tempo em que expressam o predomínio de meios de comunicação digitais e interativos na configuração das lutas feministas contemporâneas. Para a autora, a internet tem sido fundamental tanto para a popularização dos feminismos quanto para a articulação de campos emergentes e precarizados de militância.

Essa fluidez organizativa, baseada em protestos não institucionalizados, manifestações descentralizadas e ações de base digital, desafia modelos analíticos centrados na ideia de coletivos estáveis e identidades coesas. Em vez disso, exige um esforço teórico de compreensão das redes de solidariedade e dos conflitos internos que atravessam o campo feminista, considerando as múltiplas formas de engajamento, circulação e formação política que o constituem Alvarez (2014).

No entanto, embora se reconheça essa dispersão e diversidade, é importante destacar que a constituição do campo discursivo feminista nas redes não se dá exclusivamente por laços difusos. As campanhas feministas citadas neste artigo — #ChegadeFiuFiu; #NãoMereçoSerEstuprado; #MeuPrimeiroAssédio; #MeuAmigoSecreto e #MeuMotoristaAbusador; #EleNão — apresentam forte permanência temporal. Lançadas entre 2013

e 2017, essas hashtags continuaram a gerar conversações relevantes até, pelo menos, o ano de 2018, indicando não apenas a manutenção dos temas abordados, mas também a formação de vínculos de identificação coletiva. Esses dados reforçam que, para além da efemeride da viralização, essas campanhas funcionam como marcos discursivos que estruturam comunidades interpretativas e redes de engajamento político feminista no ambiente digital.

Considerações Finais

Este artigo buscou contribuir para os estudos sobre ativismo digital feminista ao articular empiria e teoria a partir de uma abordagem situada. Ao contrário da ideia de que as campanhas online são episódicas e desprovidas de densidade política, demonstrou-se que plataformas digitais — como blogs, fanpages e grupos fechados — constituem infraestruturas relacionais que sustentam escuta, apoio e politização. Tais ambiências operam como territórios de formação subjetiva e construção de vínculos, sendo essenciais para a emergência de campanhas visibilizadas nas redes.

Reafirma-se, nesse sentido, a importância da articulação entre latência e visibilidade Melucci (1996) para compreender os feminismos em rede. Muitas práticas operam de forma deliberadamente tática e invisível, resistindo à lógica algorítmica da hipervisibilidade. Esses espaços também se configuram como contrapúblicos subalternos (Fraser, 1990), que tensionam a esfera pública dominante a partir de linguagens estético-afetivas e práticas periféricas atravessadas por raça, classe e território (Medeiros, 2017).

Além disso, argumentou-se que o lema “o pessoal é político” adquire novas formas no ambiente digital, onde experiências íntimas se transformam em atos performativos de denúncia, como evidenciam campanhas como #MeuPrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto. Esses processos revelam o entrelaçamento entre ativismos digitais e presenciais (Von Bülow, Gobbi e Dias, 2022), desafiando a oposição entre online e offline e mostrando que a política feminista atual opera em registros híbridos.

Por fim, propõem-se dois caminhos para futuras pesquisas: investigar as formas de organização fora dos moldes institucionais tradicionais — como redes autônomas e influenciadoras digitais — e problematizar as hierarquias internas aos espaços feministas online, marcadas por desigualdades de acesso, visibilidade e capital social. Reconhecer a heterogeneidade do campo é fundamental para compreender tanto sua potência quanto seus limites.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In: *Cadernos Pagu* (43), janeiro-junho de 2014:13-56.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes. Porto Alegre: Sulina, 2013. 208 p. 2

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, 15:5, p.739-768, 2012.

BRITO, Priscilla Caroline de Sousa. "Primavera das mulheres": internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CESARINO, Letícia. O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 300 p.

CLARK, Rosemary. "Hope in a hashtag": the discursive activism of #WhyStayed. *Feminist Media Studies*, v. 16, p. 788-804, 2016.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. Social movements: an introduction. 2. ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006. p. 365.

DELLA PORTA, Donatella; MOSCA, Lorenzo. Global-net for global movements? A network of networks for a movement of movements. *Journal of Public Policy*, v. 25, n. 1, p. 165-190, 2005.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, Durham, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FREEMAN, Jo. The tyranny of structurelessness. *Berkeley Journal of Sociology*, v. 17, p. 151-164, 1972.

GASPARETTO, V. F.; SPECK, D. . Tecendo conexões e aproximações entre feminismos africanos e latino-americanos. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, [S. l.], v. 22, n. 32, p. 119-151, 2022.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

HINE, Christine. *Ethnography for the Internet: Embedded, embodied and everyday*. London: Bloomsbury Academic, 2015. 208 p.

LEAL, Tatiane. "Chega de fui fui": feminismo, emoções e mobilização política por meio de práticas de compartilhamento de si. In: JESUS, Eduardo; TRINDADE, Eneus; JANOTTI Jr., Jeder; ROXO, Marco (Orgs.). *Reinvenção comunicacional da política: modos de habitar e desabituar o século XXI*. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, p. 97-112, 2016.

LOYOLA, Valeska Maria Zanello de. *A Prateleira do Amor: Sobre Mulheres, Homens e Relações*. Sd: Appris Editora, 2022. 144 p.

MEDEIROS, Jonas. Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo

MEDEIROS, Jonas; FANTI, Fabíola. Recent Changes in the Brazilian Feminist Movement: The Emergence of New Collective Actors. In: FERRERO, Juan Pablo; NATALUCCI, Ana; TATAGIBA, Luciana (ed.). *Socio-Political Dynamics within the Crisis of the Left: Argentina and Brazil*. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 2019. p. 324.

Entre Ruas, Hashtags E Redes Submersas

MELUCCI, Alberto. Challenging codes: collective action in the information age. Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society. London: Hutchinson Radius, 1989. 292 p.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

NÃO ME KAHLO, #Meu amigo secreto: feminismo além das redes. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

PAIVA, Fernanda Polidoro, "Tornar-se feminista": encontrar as palavras" e as redes estratégias de construção do campo discursivo feminista nas arenas digitais. 2023. 1 recurso online (141 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/12083. Acesso em: 18 ago. 2025.

PAIVA, Fernanda Polidoro; TATAGIBA, Luciana Ferreira. A Revolução "das minas": as redes submersas da Primavera Feminista. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 25., 2017, Campinas. Anais eletrônicos.... Campinas: Galoá, 2017. Disponível em:

<https://proceedings.science/unicamp-pibic/pibic-2017/trabalhos/a-revolução-das-minas-as-redes-submersas-da-primavera-feminista?lang=pt-br>.

Acesso em: 18 ago. 2025.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, Céli. 'Mulheres foram para as ruas em 2018 como nunca antes na história do Brasil', diz historiadora. BBC News Brasil, 1 out. 2018. Entrevista concedida à BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 11 jun. 2025.

POLLETTA, Francesca. "Free Spaces" in Collective Action. Theory and Society. Vol. 28, n. 01, fev. 1999, p. 1-28.

POLLETTA, Francesca; JASPER, James M. *Collective Identity and Social Movements. Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 283-305, 2001.

ROVIRA-SANCHO, Guiomar; MORALES-I-GRAS, J. *Femtags in the networks and in the streets: 50 hashtags for feminist activism in Latin America. El Profesional de la Información*, 2023.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. Movimento de Mulheres, Movimentos Feministas e a Participação de Mulheres Populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 2016. 361 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 276 p.

TEIXEIRA, Ana Claudia; ZANINI, Débora; MENESES, Larissa. O fazer político nas mídias sociais: aproximações teóricas sobre ação coletiva em rede. In: Encontro Anual da Anpocs, 41, 2017, Caxambu. ANPOCS, 2017.

THINK OLGA. *Hashtag transformação: 82 mil tweets sobre o #primeiroassedio*. Think Olga, 26 out. 2015. Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>. Acesso em: 05 fev.2023.

THINK OLGA. Uma primavera sem fim. Think Olga, 18 dez. 2015. Disponível em: <https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>. Acesso em: 05 fev.2023.

THORSEN, Einar; SREEDHARAN, Chindu. *#EndMaleGuardianship: women's rights, social media and the Arab public sphere*. *New Media & Society*, [S. l.], v. 21, n. 5, p. 1120-1140, 2019.

VICKERY, Jacqueline Ryan. *#YesAllWomen (have a collective story to tell): feminist hashtags and the intersection of personal narratives, networked publics, and intimate citizenship*. *Berkeley Journal of Sociology*, v. 6, 2016.

VON BÜLOW, Marisa; GOBBI, Danniel; DIAS, Tayrine. O conceito de ativismo digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil. In: TATAGIBA, Luciana et al. (org.). *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 307-325.